



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
CAMPUS VALENÇA DO PIAUÍ
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

JOSÉLIA TELES DOS SANTOS

**A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO
DOCENTE**

VALENÇA DO PIAUÍ
2023

JOSÉLIA TELES DOS SANTOS

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO
DOCENTE

Trabalho de Conclusão de Curso (artigo científico) apresentado como exigência parcial para obtenção do diploma do Curso de Especialização em Educação Especial e Inclusiva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, Campus Valença do Piauí.

Orientador (a): Prof. Dra. Evânia Carvalho dos Santos

VALENÇA DO PIAUÍ

2023

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DOCENTE

Josélia Teles dos Santos¹
Evânia Carvalho dos Santos²

RESUMO

As políticas educacionais em perspectiva inclusiva abrangendo a Educação Especial, viabilizam a composição de inúmeras experiências pedagógicas e para compreendê-las é preciso analisá-las em contexto histórico, pois as legislações conduzem uma visão de indivíduo, de mundo, de sociedade, de educação, produzindo valores que serão constitutivos das diferentes práticas educacionais que se fortalecem na escola, afetando sobretudo os que dela participam. Com isso o objetivo dessa pesquisa é compreender as habilidades e competências exigidas na formação de professores que atuam na educação especial e inclusiva. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica exploratória de natureza qualitativa. Espera-se que este projeto de pesquisa possa contribuir para o campo científico, em especial na área educacional, e para a sociedade como arcabouço na discussão sobre as políticas de formação docente para professores da Educação Especial e Inclusiva.

Palavras-chave: Formação Docente; Educação Inclusiva; Políticas Educacionais.

ABSTRACT

Educational policies in an inclusive perspective, covering Special Education, make possible the composition of countless pedagogical experiences and to understand them, it is necessary to analyze them in a historical context, since the laws lead to a vision of the individual, of the world, of society, of education, producing values that will be constitutive of the different educational practices that are strengthened in the school, affecting above all those who participate in it. Thus, the objective of this research is to understand the skills and competences required in the training of teachers who work in special and inclusive education. This is an exploratory bibliographic research of a qualitative nature. It is hoped that this research project can contribute to the scientific field, especially in the educational area, and to society as a framework in the discussion on teacher training policies for Special and Inclusive Education teachers.

Keywords: Teacher Training; Inclusive education; Educational Policies

Data de aprovação: 08 / 12 / 2023

¹ Graduada em Pedagogia- ISEPRO, Graduada em Letras Espanhol - UESPI, Pós-graduação em Gestão Pública - UESPI, Especialização em Língua Espanhola-UESPI, Especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional – FAEME. Professora da rede estadual de ensino do Piauí, Pedagoga da rede municipal de Pimenteiras-PI. E-mail:telesjoselia8@gmail.com.

² Doutora em Engenharia e Ciências dos Materiais, Departamento de Formação de Professores, Instituto Federal do Piauí - IFPI/PI. E-mail: evania@ifpi.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4992-0038>. Doutora em Engenharia e Ciências dos Materiais, Departamento de Formação de Professores, Instituto Federal do Piauí - IFPI/PI. E-mail: evania@ifpi.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4992-0038>.

1 INTRODUÇÃO

As políticas educacionais em perspectiva inclusiva abrangendo a Educação Especial, viabilizam a composição de inúmeras experiências pedagógicas e para compreendê-las é preciso analisá-las em contexto histórico, pois as legislações conduzem uma visão de indivíduo, de mundo, de sociedade, de educação, produzindo valores que serão constitutivos das diferentes práticas educacionais que se fortalecem na escola, afetando sobretudo os que dela participam. (MATOS, 2022; MELO, 2022; SANTOS, 2022)

A reorganização da educação brasileira, tendo em vista o princípio da inclusão escolar, provocou vários questionamentos sobre a funcionalidade das alterações propostas; a forma como estão sendo executadas e as possibilidades de concretização destas mudanças; a formação dos professores para lidar com os desafios advindos desta nova realidade. Muitas pesquisas têm discutido o modo como vem ocorrendo a inclusão escolar no Brasil, quais os problemas encontrados na implementação desta política e quais as possíveis soluções para lidar com as dificuldades vivenciadas neste processo (MIRANDA, 2012; BUENO, 2012; KASSAR, 2012)

Partindo desse contexto surge o seguinte questionamento: Quais as habilidades e competências exigidas na formação de professores que atuam na educação especial e inclusiva?

A inclusão não é algo simples, que se faz apenas com recomendações, técnicas de como organizar a turma ou como avaliar de forma diferenciada os alunos; é algo que deve abranger a diversidade de deficiências e a demanda da comunidade escolar além da formação docente adequada, pensando nisso surgiu a motivação para propor uma reflexão acerca da importância de uma formação abrangente e aprofundada que realmente possibilite ao professor a aptidão e formação necessárias para lidar com as dificuldades inerentes a alguns quadros de deficiência e para atender os alunos de forma inclusiva. Briant e Oliver (2012) enfatizam a importância dos recursos humanos e da formação de profissionais habilitados para o enfrentamento dos desafios gerados no cotidiano escolar, em decorrência do processo de inclusão.

Considera-se que a formação de profissionais, principalmente dos professores, é essencial para a eficácia do processo e que o seu despreparo é uma das principais barreiras (GLAT; NOGUEIRA, 2003), além da necessidade de uma formação pedagógica e não apenas funcional/instrumental (GARCIA, 2013)

Objetiva-se de maneira geral com esta pesquisa compreender as habilidades e competências exigidas na formação de professores que atuam na educação especial e inclusiva bem como conhecer a formação de professores para a Educação Especial, na perspectiva da educação inclusiva; conhecer a política educacional de formação docente; compreender a importância da formação continuada para atuação docente na Educação Especial; e identificar as atribuições dos professores no Atendimento Educacional Especializado- AEE.

2 ESTRUTURA DO TEXTO

As leituras foram selecionadas levando-se em consideração o contexto histórico e a legislação pertinente à formação docente na perspectiva da educação Especial e Inclusiva, para tanto considerou-se como período de referência os trabalhos científicos publicados nos últimos oito anos, ademais de leis, resoluções e documentos que regulamentam a Educação Especial ainda que sejam anteriores a este período, os textos são em língua portuguesa.

De acordo com o texto da Sumula (2008): Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: A escola, historicamente, se caracterizou pela visão da educação que delimita a escolarização como privilégio de um grupo, uma exclusão que foi legitimada nas políticas e práticas educacionais reprodutoras da ordem social. A partir do processo de democratização da educação se evidencia o paradoxo inclusão/exclusão, quando

os sistemas de ensino universalizam o acesso, mas continuam excluindo indivíduos e grupos considerados fora dos padrões homogeneizadores da escola. Assim, sob formas distintas, a exclusão tem apresentado características comuns nos processos de segregação e integração que pressupõem a seleção, naturalizando o fracasso escolar.

A partir da visão dos direitos humanos e do conceito de cidadania fundamentado no reconhecimento das diferenças e na participação dos sujeitos, decorre uma identificação dos mecanismos e processos de hierarquização que operam na regulação e produção das desigualdades. Essa problematização explicita os processos normativos de distinção dos alunos em razão de características intelectuais, físicas, culturais, sociais e linguísticas, entre outras, estruturantes do modelo tradicional de educação escolar.

2.1 A EDUCAÇÃO ESPECIAL: MARCOS HISTÓRICOS E NORMATIVOS

A partir da década de 1950, as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) começaram a se proliferar pelo Brasil. A viabilização da criação dessas escolas se dá pelo pressuposto de que a pessoa com deficiência pode aprender; assim, ocorre um deslocamento do modelo médico para um modelo educacional, porém, as escolas especiais funcionavam como serviço paralelo à educação regular (GLAT; FERNANDES, 2005). Em 1996, com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN – Lei n. 9394/96), isso muda, pois, em seu capítulo V, a nova LDBN apresenta uma normatização para o acolhimento de pessoas com deficiências em escolas regulares e para sua integração na sociedade (BRASIL, 1996).

A mudança na legislação acarretou o ingresso de crianças com deficiência nas escolas e, conseqüentemente, gerou discussões a respeito do complexo processo de inclusão. O que se pôde constatar é que existem políticas públicas baseadas na preocupação com a inserção do aluno com deficiência em escolas regulares, como a própria Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) de 2015 (BRASIL, 2015) que criminaliza a recusa ou cobrança de valores adicionais na matrícula de crianças com deficiência em escolas regulares. Mas ainda há muito a se pensar sobre a qualidade dessa inclusão.

A educação especial se organizou tradicionalmente como atendimento educacional especializado substitutivo ao ensino comum, evidenciando diferentes compreensões, terminologias e modalidades que levaram a criação de instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais. Essa organização, fundamentada no conceito de normalidade/anormalidade, determina formas de atendimento clínico-terapêuticos fortemente ancorados nos testes psicométricos que definem, por meio de diagnósticos, as práticas escolares para os alunos com deficiência.

2.2 POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva na Educação Inclusiva, de 7 de janeiro de 2008 (BRASIL, 2008), é um documento normativo que apresenta orientações para a educação especial brasileira e dá direcionamento às normativas e ações subsequentes e tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade

arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

2.2.1 Política de Formação docente para Educação Especial

A formação de professores é um tema discutido atualmente por especialistas em educação e tem sido motivo de preocupação entre acadêmicos que pesquisam a educação inclusiva, além de ser alvo de várias políticas públicas. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva orienta os sistemas de ensino no sentido da promoção de respostas às necessidades educacionais especiais, garantindo “[...] formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar” (BRASIL, 2008, p. 5).

A Resolução CNE/CP nº 2 de Julho de 2015 (BRASIL, 2015b) que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada define que as instituições de ensino superior devem garantir em seus currículos conteúdos específicos de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e educação especial. Além dessa resolução, outras políticas públicas orientam a questão da formação na perspectiva da educação inclusiva. O artigo 59 da LDBN (BRASIL, 1996) atesta que:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: [...] III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.

É importante salientar que essa diretriz traduz que a formação especializada só é exigida para atendimento especializado, ou seja, para professores que são contratados para trabalhar em salas de recurso multifuncional ou em salas de atendimento educacional especializado (AEE) e para os professores que atuam como apoio. Para Vitaliano (2007), a formação acadêmica dos professores universitários deve ser pensada de modo a contribuir para que desenvolvam uma prática pedagógica mais reflexiva e comprometida, ética e politicamente dentro das exigências do contexto atual. Para isso, os professores necessitam de preparo que vai além do conhecimento científico, visto que, no ambiente acadêmico, assim como em qualquer outro, há singularidades e conflitos de valores. Sant’Ana (2005) também aborda essa questão. Para a autora, a ausência de formação especializada para todos os educadores que trabalham com esse público constitui um sério problema na implantação das políticas de educação inclusiva. A autora destaca ainda que os cursos de formação docente têm enfatizado aspectos teóricos, distantes da prática pedagógica, não preparando os profissionais para lidar com a diversidade dos educandos.

2.3 A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA NO CONTEXTO EDUCACIONAL ESPECIAL E INCLUSIVO

A formação continuada do educador no contexto educacional especial e inclusivo, sempre fez muita diferença nas relações sociais, culturais, educativas, profissionais, afetivas e aos “olhos de toda sociedade”. Observa-se a influência e a importância da formação continuada do educador nos diversos contextos sociais. Referências à formação de professores para atuarem na educação especial, são encontradas na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008).

Para atuar na educação especial, o professor deve ter como base de sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos

da área. Essa formação possibilita a atuação no atendimento educacional especializado e deve aprofundar o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, os centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos da educação especial. Esta formação deve contemplar conhecimentos de gestão de sistema educacional inclusivo, tendo em vista o desenvolvimento de projetos em parceria com outras áreas, visando à acessibilidade arquitetônica, os atendimentos de saúde, a promoção de ações de assistência social, trabalho e justiça. (BRASIL, 2008, p.17 &18)

2.3.1 O professor e seu processo de formação

A formação continuada do educador no contexto especial e inclusivo visa à capacidade de reflexões dos acontecimentos e da trajetória das pessoas com necessidades educacionais especiais, onde, analisa-se como era normal na Antiguidade a eliminação das pessoas consideradas “deficientes”, pois na época acreditava-se que eram inúteis para a vida em sociedade.

Atualmente se o professor/ educador não obtém e não desenvolve uma sólida formação continuada, e é um profissional passivo frente ao processo educativo, certamente esse educador não será capaz de modificar metodologias, de adaptar métodos e buscar materiais concretos de ensino-aprendizagem na educação inclusiva. E nesse processo da acomodação, ou dá má formação do educador, certamente, perde-se a capacidade de desenvolver habilidades de reabilitação principalmente nos educandos com necessidade educacional especial. A formação docente continuada é essencial e deve ser obrigatória no contexto educacional inclusivo, pois a mesma oferece a compreensão da prática pedagógica de maneira inclusiva e eficiente, onde as dificuldades, as singularidades, a diversidade do alunado, a cultura e as limitações específicas dos educandos com necessidades educacionais especiais, passam a ser compreendidas de forma mais humana e democrática.

Jesus e Alves (2011, p. 25) alertam que a formação oferecida aos professores, seja em nível inicial ou continuada, deve contemplar conteúdos que visem à construção de conhecimentos específicos por parte dos docentes que atuam com os alunos com necessidades educacionais especiais - NEE a fim de garantir a aprendizagem deles, pois “os alunos estarão presentes na sala de aula comum e precisam aprender e se apropriar dos conteúdos escolares”.

Em relação à política nacional de formação de professores no Brasil, para o atendimento dos alunos da Educação Especial, Michels (2011) alerta que esta vem sendo organizada em cada esfera administrativa de acordo com o modo como cada setor entende que deva conduzir o processo, pois não há a indicação pelos documentos norteadores da política educacional inclusiva de como e onde deve ocorrer a formação dos professores. Além disso, comenta que o foco de atenção da política educacional inclusiva, no Brasil, tem sido a formação do professor para o atendimento educacional especializado (AEE), que é centrada nas técnicas e recursos que podem ser utilizados por esses profissionais.

Segundo Ferreira (2006), a formação inicial refere-se exclusivamente à formação oferecida em cursos de licenciatura, aos estudantes que poderão, ao longo de sua carreira docente, aprimorar cotidianamente os conhecimentos adquiridos durante a formação inicial e as experiências vividas nos estágios curriculares obrigatórios.

Para Jesus e Alves (2011, p.26), “[...] a formação inicial é primordial na constituição profissional e a formação continuada deve vincular-se a ela e se configurar na concretização do fazer pedagógico”.

Partindo desse conceito de formação inicial, deve-se pensar o que caberia, dentre os saberes recomendados pela literatura, ser considerado para a organização dos cursos de

licenciatura, especialmente o curso de Pedagogia, e do que é possível, dentro dessa formação, ser apreendida pelos professores/alunos.

Dentre as indicações mencionadas pelos pesquisadores, é reconhecido que existem conhecimentos que são do campo teórico como aponta (VITALIANO e NOZI, 2015):

ter conhecimento específico sobre as deficiências e as NEE; conhecer as teorias de desenvolvimento humano e de aprendizagem; conhecer a legislação; conhecer e compreender a importância dos pressupostos da Educação Inclusiva e conhecer sobre o uso das tecnologias para o ensino, que já fazem parte, ou pelo menos deveria fazer das ementas das disciplinas da área da Psicologia, das Políticas Educacionais e da Educação Especial. (VITALIANO e NOZI, 2015, p. 134):

Considerando os apontamentos elencados nesta pesquisa entende-se que a formação inicial e a formação continuada são processos conectados e perpassam todas as dimensões dos saberes docentes. Compreende-se ainda que as condições formativas e de trabalho do professor interferem na sua atuação profissional prática em sala de aula.

2.4 ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

2.4.1 O que é AEE

Tomando como base o documento do Ministério da Educação intitulado “Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o atendimento educacional especializado na Educação básica”, que traz o seguinte texto:

A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular.

Os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, os com transtornos globais do desenvolvimento e os com altas habilidades/superdotação nas escolas comuns do ensino regular e ofertar o atendimento educacional especializado – AEE, promovendo o acesso e as condições para uma educação de qualidade.

O atendimento educacional especializado - AEE tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela.

Consideram-se serviços e recursos da educação especial àqueles que asseguram condições de acesso ao currículo por meio da promoção da acessibilidade aos materiais didáticos, aos espaços e equipamentos, aos sistemas de comunicação e informação e ao conjunto das atividades escolares.

Para o atendimento às necessidades específicas relacionadas às altas habilidades/superdotação são desenvolvidas atividades de enriquecimento curricular nas escolas de ensino regular em articulação com as instituições de educação superior profissional e tecnológica, de pesquisa, de artes, de esportes, entre outros.

Nos casos de escolarização em classe hospitalar ou em ambiente domiciliar, o AEE é ofertado aos alunos público-alvo da educação especial, de forma complementar ou suplementar.

A legislação que regulamenta a AEE no Brasil é o Decreto n.º 7611, de novembro de 2011. No seu Art. 3º, são definidos os 4 (quatro) objetivos do Atendimento Educacional Especializado:

- I – prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes;
- II – garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;
- III – fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem;
- IV – assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino.

É necessário destacar ainda sobre a garantia desse serviço de acordo com Decreto nº 7611/2011, no seu Art. 2º:

Art. 2º A educação especial deve garantir os serviços de apoio especializado voltado a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§ 1º Para fins deste Decreto, os serviços de que trata o **caput** serão denominados atendimento educacional especializado, compreendido como o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente, prestado das seguintes formas:

I - complementar à formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, como apoio permanente e limitado no tempo e na frequência dos estudantes às salas de recursos multifuncionais; ou

II - suplementar à formação de estudantes com altas habilidades ou superdotação.

§ 2º O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família para garantir pleno acesso e participação dos estudantes, atender às necessidades específicas das pessoas público-alvo da educação especial, e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas.

O AEE é realizado, prioritariamente, na Sala de Recursos Multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, podendo ser realizado, também, em centro de atendimento educacional especializado público ou privado sem fins lucrativos, conveniado com a Secretaria de Educação.

Além disso, o AEE também é parte integrante da educação inclusiva que, por lei, deve estar presente em todas as instituições educacionais. Por isso, é fundamental que seja integrado à proposta pedagógica, promovendo um ensino democrático e inclusivo.

2.4.2 As principais atribuições dos professores de AEE

O AEE foi criado para atender o público-alvo da Educação especial, que são as crianças com deficiências, transtorno do espectro autista, altas habilidades e superdotação. Ele é um serviço de apoio à sala de aula comum, para que se ofereça meios e modos que efetive o real aprendizado dos estudantes.

Para atuação no AEE segundo o Ministério da Educação, o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica na educação especial, inicial ou continuada. São atribuições do professor do atendimento educacional especializado, segundo as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o atendimento educacional especializado na Educação básica, são:

- a. Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da educação especial;
- b. Elaborar e executar plano de atendimento educacional especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;
- c. Organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncional;

- d. Acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;
- e. Estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;
- f. Orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;
- g. Ensinar e usar recursos de Tecnologia Assistiva, tais como: as tecnologias da informação e comunicação, a comunicação alternativa e aumentativa, a informática acessível, o soroban, os recursos ópticos e não ópticos, os softwares específicos, os códigos e linguagens, as atividades de orientação e mobilidade entre outros; de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia, atividade e participação;
- h. Estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando a disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares;
- i. Promover atividades e espaços de participação da família e a interface com os serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros.

As aulas oferecidas pelo professor de AEE são diferentes do ensino tradicional e não podem ser caracterizadas como reforço ou complementação das atividades da sala regular. Alguns exemplos são o ensino em Braille e na Língua Brasileira de Sinais (Libras). As aulas acontecem no contraturno para garantir a plena participação dos alunos que precisam de acompanhamento. O professor do AEE trabalha em parceria com o educador de sala de aula comum, quando esse profissional achar necessário e complementar ao trabalho realizado com os demais alunos.

No caso das instituições de ensino públicas, o espaço físico onde é realizado o Atendimento Educacional Especializado é chamado de Sala de Recursos Multifuncionais (SRMF). Trata-se de uma sala que oferece materiais didáticos, mobiliários, equipamentos específicos e recursos de acessibilidade.

Quando publicada, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva estabelecia que o professor de Atendimento Educacional Especializado tivesse como base de sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Atualmente, segundo as normativas vigentes, esse profissional deve também frequentar e concluir um curso de especialização em AEE. O referido curso integra o Programa de formação continuada de professores na educação especial Site externo, desenvolvido pelo Ministério da Educação (MEC) em parceria com o programa Universidade Aberta do Brasil.

Apesar das atribuições e formação, não há um perfil específico para o exercício da função. No entanto, considerando o caráter interativo e interdisciplinar de sua atuação em relação à sala de aula na qual cada um dos alunos atendidos está matriculado, é fundamental que o professor do AEE tenha facilidade para trabalhar de modo cooperativo.

Além disso, sendo um dos principais objetivos do atendimento criar ou encontrar estratégias pedagógicas alternativas que possibilitem a participação e a aprendizagem em sala de aula, criatividade é outra característica bem-vinda. E, finalmente, apostar no potencial de cada um dos estudantes atendidos, buscando sua autonomia na escola e fora dela, para o pleno desenvolvimento de seu potencial.

É importante ressaltar que o AEE não deve ser visto como uma atividade individual, em que os educadores se responsabilizam sozinhos pelos alunos atendidos. Por outro lado, a ideia é que diretores, coordenadores, gestores, educadores, familiares, estudantes e demais agentes, contribuam para o alcance dos objetivos traçados.

Oliveira e Pinto (2011) destacaram as contribuições dessa prática para a formação de professores. Segundo as pesquisadoras, a experiência do estágio proporciona a vivência de situações concretas que demandam respostas urgentes dos alunos. Avalia-se que essas situações colaboram para que o professor/aluno desenvolva a sua criatividade e flexibilidade, características apontadas pelos pesquisadores consultados. Além disso, desencadeia a reflexão de que ele deve desenvolver uma série de habilidades que só serão aprimoradas com a posterior experiência profissional, porque estão relacionadas com a vivência em sala de aula, aliviando os sentimentos de ansiedade e insegurança que acometem os graduandos futuros professores.

Aliada a essa percepção, avalia-se que vários saberes docentes estão atrelados à experiência profissional junto aos alunos com NEE, por isso não são passíveis de ser efetivados apenas na formação inicial ou mesmo por meio de uma formação continuada sem que o professor tenha a experiência com o aluno real, com suas reais necessidades, limitações e potencialidades.

É preciso termos consciência de que a formação inicial é muito importante, mas ela sozinha não satisfaz todas as outras necessidades que a prática pedagógica demanda do professor. Das análises realizadas, depreende-se que o processo de formação em serviço deve ser desenvolvido com base em reflexões sobre a prática e atrelado a conhecimentos teóricos sobre as especificidades do aluno atendido, bem como dos procedimentos de ensino que lhe são pertinentes, das possibilidades didáticas de se trabalhar o conteúdo pretendido, entre outros conhecimentos.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1 MODALIDADE DE PESQUISA

A pesquisa bibliográfica ou de fontes secundárias “trata-se do levantamento de toda a bibliografia já publicada em forma de livros, revistas, publicações avulsas em imprensa escrita [documentos eletrônicos]. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto, com o objetivo de permitir ao cientista o reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou manipulação de suas informações” (MARCONI; LAKATOS, 2011).

3.2 PROCEDIMENTOS

A metodologia utilizada para a construção deste artigo foi a bibliográfica exploratória de natureza qualitativa, para tanto foram analisados informações e teorias abordadas em artigos científicos, revistas acadêmicas, dissertações, monografias e livros eletrônicos - E-book para a busca dos materiais foram realizadas pesquisas em plataformas digitais como: Google acadêmico, Scielo-Scientific Eletronic Library, portal de periódicos da CAPS, sites e revistas eletrônicas. As leituras foram selecionadas levando-se em consideração o contexto histórico e a legislação pertinente à formação docente na perspectiva da educação Especial e Inclusiva, para tanto considerou-se como período de referência os trabalhos científicos publicados nos últimos oito anos, ademais de leis, resoluções e documentos que regulamentam a Educação Especial ainda que sejam anteriores a este período, os textos são em língua portuguesa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desse estudo feito através de documento norteadores e da legislação vigente no Brasil sobre a oferta da educação especial e sobre a política de formação docente para educação e inclusiva, foi possível compreender as habilidades e competências exigidas na formação de professores que atuam na educação especial e inclusiva bem como conhecer a formação de

professores para a Educação Especial, na perspectiva da educação inclusiva; conhecer a política educacional de formação docente; compreender a importância da formação continuada para atuação docente na Educação Especial; e identificar as atribuições dos professores no Atendimento Educacional Especializado- AEE.

Pretende-se ainda que esta pesquisa possa contribuir para o campo científico, em especial na área educacional, e para a sociedade como arcabouço na discussão sobre as políticas de formação docente para professores da Educação Especial e Inclusiva e que estas tragam em sua legislação uma maior exigência e preparação para tais profissionais, afim de tornar a educação mais igualitária e inclusiva.

Fica evidente a partir desse apanhado que se precisa ainda de muito estudo, de leis e exigências para se chegar a uma educação de fato inclusiva e da oferta de formação inicial e continuada para professores de educação especial.

Um dos possíveis caminhos para a formação teórico-prática na formação inicial é a vinculação das disciplinas da Educação Especial aos estágios supervisionados. Vivenciar a realidade escolar, as dificuldades e os imprevistos do cotidiano da sala de aula ampliam a percepção dos futuros professores sobre as especificidades do fazer pedagógico e os instigam a buscar conhecimentos para subsidiar ações, gera reflexão sobre o vivido, a troca de informação e de experiência, dentre tantas outras contribuições.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em 23 abril. 2023.

_____. MEC.SEESP. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva**. Brasília, 2008

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF. Disponível em: [www.mec.seesp.gov.b](http://www.mec.seesp.gov.br) Acesso em: 05 maio. 2012.

_____. **Conselho Nacional de Educação**. Resolução CNE/CP nº 02/2015, de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.. Brasília, Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, seção 1, n. 124, p. 8-12, 02 de julho de 2015a. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=02/07/2015&jornal=1&pagina=8&totalArquivos=72>. Acesso em: 10 março. 2023.

_____. **Resolução nº. 4, de 2 de outubro de 2009**. Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação especial, Brasília: MEC, 2009.

_____. **Decreto n.º7611, de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm, 10 de setembro de 2023.

BUENO, J.G.S. **Processos de inclusão/exclusão escolar, desigualdades sociais e deficiência.** In: JESUS, D.M.; BAPTISTA, C.R.; VICTOR, S.L. (Org.). Pesquisa e educação especial: mapeando produções. Vitória: EDUFES, 2012. p. 107-125.

FERREIRA, W. B. **Inclusão X exclusão no Brasil: reflexões sobre a formação docente dez anos após Salamanca.** In: RODRIGUES, David (Org.) Inclusão e Educação: Doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006. p. 212-238.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. **Políticas inclusivas na educação: do global ao local.** In: BAPTISTA, Cláudio Roberto et al (Org.). Educação especial: diálogo e pluralidade. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010. p. 11-23

GLAT, R.; FERNANDES, E.M. **Da educação segregada à educação inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da educação especial brasileira.** Revista Inclusão, Brasília, v.1, n.1, p.35-39, 2005.

JESUS, D.M de.; ALVES, E. P. **Serviços educacionais especializados: desafios à formação inicial e continuada.** In: CAIADO, K. R. M.; JESUS, D.M de.; BAPTISTA, C. R. (Orgs.). Professores e Educação Especial: formação em foco. Porto Alegre: Mediação/CDV/FACITED, v. 2. 2011. p. 17-28.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos metodologia científica.** 4.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MICHELS, M. H. **O instrumental, o gerencial e a formação à distância: estratégias para a reconversão docente.** In: CAIADO, K. R. M.; JESUS, D.M de.; BAPTISTA, C. R. (Orgs.). Professores e Educação Especial: formação em foco. Porto Alegre: Mediação/CDV/FACITED, v. 2. 2011. p. 79-90.

MIRANDA, T.G. **O grupo de pesquisa em educação inclusiva e necessidades educacionais especiais do PPGE/UFBA.** In: MIRANDA, T.G.; GALVÃO FILHO, T.A. (Org.). O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares. Salvador: EDUFBA, 2012. p.123-138

MATOS, Maria Almerinda de Souza. MELO, Lana Cristina Barbosa de. SANTOS, Silvina Faria dos. **Educação Inclusiva e Educação Especial: uma análise necessária na formação docente.** Research, Society and Development, v. 11, n. 12, e569111234965, 2022 (CC BY 4.0) | ISSN 2525-3409 | DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i12.34965>, Setembro de 2022.

OLIVEIRA, Rosane de Machado. **A Importância da Formação Continuada dos Educadores no Contexto Educacional Inclusivo e a Influência da Mediação no Ensino-Aprendizagem na Educação Especial.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 02, Ed. 01, Vol. 16. pp. 522-545, Março de 2017. ISSN:2448-0959

OLIVEIRA, I. M. de.; PINTO, A. K. P. **Estágio Extracurricular e formação em Educação Especial.** In: CAIADO, K. R. M.; JESUS, D.M de.; BAPTISTA, C. R. (Orgs.). Professores e Educação Especial: formação em foco. Porto Alegre: Mediação/CDV/FACITED, v. 1. 2011. p. 105-123.

SANT'ANA, I. M. **Educação inclusiva: concepções de professores e diretores.** Psicologia em estudo, Marília, v.10, n.2, p.227-234, 2005.

VITALIANO, C. R. **Análise da necessidade de preparação pedagógica de professores de cursos de licenciatura para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais.** Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 13, n. 3. p. 399-414, set./dez. 2007.

VITALIANO, C. R; NOZI, G. S. Saberes necessários ao professor para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais: implicações no processo de formação desses profissionais. Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial, v.2, n.2, p. 131-144, Jul.-Dez., 2015.